



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO APERFEIÇOAMENTO EM
Gestão Aplicada à Política

Ifes
NOVA VENÉCIA – ES
2021

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação/ Diretor de Pós-graduação

André Romero da Silva / Pedro Leite Barbieri

Diretor-Geral/ Campus

Anderson Rozeno Bozzetti Batista

Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão/ Campus

Edu Carlos Lopes Lemos

Comissão de Elaboração do PPC

CIRLEIA SILVA DE OLIVEIRA

EDIU CARLOS LOPES LEMOS

EDUARDO LUCINDO RODRIGUES DA CUNHA

PILLAR DE OLIVEIRA CARVALHO RODRIGUES

MARCELA GIACOMETTI DE AVELAR

WEVERTON PEREIRA DO SACRAMENTO

Coordenação do Curso

Weverton Pereira do Sacramento

Assessoramento Pedagógico

Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha

Designer Instrucional

Sollyvan Rangel Mazziolli

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO APLICADA À POLÍTICA*

1. Identificação do Curso:

Nome do Curso	Pós-graduação Aperfeiçoamento em Gestão Aplicada à Política				
Código/Área de Conhecimento	7.00.00.00-0 Ciências Humanas/7.09.00.00-0				
UA Responsável	Nova Venécia				
Carga Horária Total	210	Duração (meses)	6	Nº de vagas	160
Modalidade	<input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância				
Polos (nº vagas do polo)	Nova Venécia (160)				
Outras Instituições participantes	Não há				
Assessoramento Pedagógico	Coordenadoria de Gestão Pedagógica				
Assessoramento Técnico	Designer Instrucional				
Período previsto para realização do curso					
<input type="checkbox"/> Oferta Regular – Início em: Periodicidade (meses): <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 12 <input type="checkbox"/> Outro. Qual? <small>(informe qual periodicidade) Observar artigo 42 ROD</small>					
<input checked="" type="checkbox"/> Oferta Única - Início em: 06/10/2021 Término em: 06/03/2022					
Coordenador					
Nome	Weverton Pereira do Sacramento	Siape	10444613		
E-mail	wsacramento@ifes.edu.br	Telefone	(27)99878-7598		
Área de formação	Engenharia e Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/9213307411458655				
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>					
Graduado em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (1999), Licenciado em Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES (2019), mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2003) e doutor em Educação na Universidade del Norte - UNINORTE, Assunção-PY (2014), revalidado pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2018). Atualmente sou professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, onde coordeno o curso de pós-graduação lato sensu em Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental e o curso de Extensão em Formação e Gestão Política. Posso experiência na Mineração, na Educação a Distância, na Docência dos vários níveis de ensino e na Gestão Pública. Venho atuando em defesas das minorias e dos excluídos por meio da pesquisa, da militância e de publicações na área da diversidade de gênero. Áreas de interesse: mineração, gestão pública, gênero e diversidade, formação técnica, formação de professores e educação a distância.					

Vínculo a Programa ou Projeto de Extensão, ou à ação do âmbito do Ensino, da Pesquisa, da Pós-graduação ou do Desenvolvimento Institucional	
Não <input type="checkbox"/>	Sim <input checked="" type="checkbox"/> . Identificado abaixo: Modalidade: <input type="checkbox"/> Programa de extensão em Rede <input checked="" type="checkbox"/> Programa de extensão <input type="checkbox"/> Projeto de extensão <input type="checkbox"/> Projeto de pesquisa <input type="checkbox"/> Programa de pesquisa <input type="checkbox"/> Programa de pós-graduação <input type="checkbox"/> Outro: _____

	Título: Transformando Vidas
	Número de Processo de Cadastramento: 23159.000181/2019-94

2. Caracterização da Proposta

2.1. Apresentação e Contextualização Educacional

Este curso surgiu da necessidade apontada por lideranças comunitárias sobre a ineficiência da política e dos agentes públicos ocupantes de cargos eletivos em solucionar os problemas básicos da população como educação pública de qualidade, saúde, segurança, moradia e defesa dos direitos trabalhistas. A partir de então, um grupo multidisciplinar composto por professores, líderes comunitários e religiosos realizou uma pesquisa de campo em vários municípios do Espírito Santo, tendo ouvido aproximadamente 7.000 pessoas. A partir da síntese dos problemas apontados pelos entrevistados, foram feitas algumas reuniões com o objetivo de se levantar propostas para buscar soluções aos problemas. Percebeu-se que uma possibilidade de atuação efetiva no sentido de buscar soluções para os problemas sociais é promover formação política e cidadã para que, conhecedores de seus direitos e deveres, os cidadãos possam reivindicar ações pertinentes aos problemas que vivenciam. Diante do exposto, mostrou-se a necessidade do curso de Formação Política, haja vista a identificação de que a maioria dos problemas que assolam as comunidades entrevistadas e a cada trabalhador coletiva e individualmente existe devido à falta de consciência política e de preparo das atuais lideranças políticas. Assim utilizando da veiculação, (re)construção e reflexão dos conhecimentos sobre Gestão em Política que será feito pelas aulas mediadas pela plataforma moodle pretende-se contribuir na formação cidadã dos cursistas esperando que os egressos possam atuar de maneira mais participativa e crítica na comunidade e no sindicato onde estão inseridos.

2.1.1. Relação com curso de graduação

O presente curso de aperfeiçoamento tem relação com o curso de graduação, Licenciatura em Geografia, pois várias disciplinas e conteúdos que serão abordados propiciarão aprofundamento de conteúdos estudados na Licenciatura, bem como de maneira indireta com os bacharelados de Geologia e com a Engenharia Civil se considerarmos que o conhecimento e a atuação política é inerente a todo cidadão e o deveria ser em especial aos profissionais de nível superior.

2.2. Justificativa

Justifica-se a oferta deste curso pela demanda apresentada por sindicatos como o Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo - Sindipetro-ES e Sinasefe, e pelo fato de um curso de formação e gestão política na modalidade de extensão ser ofertado, pelo Campus Nova Venécia, desde 2015 com média de 180 alunos concluindo o curso anualmente. O curso na modalidade extensão acontecia com professores do Instituto Federal e com profissionais voluntários que possuindo formação na área de uma das disciplinas que eram convidados a ministrar a disciplina sem nenhum ônus ou vínculo trabalhista com o Ifes. Eventualmente os servidores efetivos do Ifes recebiam alguma ajuda de custo do Campus Nova Venécia como diária, passagem ou disponibilização do carro oficial para deslocamentos até às cidades Pólos onde o curso era ofertado. Isso não ocorrerá na oferta da presente pós-graduação aperfeiçoamento em Gestão Aplicada à Política, pois a mesma será totalmente a distância via plataforma moodle. Nesta pós-graduação caberá ao Ifes Campus Nova Venécia a gestão pedagógica e administrativa para que o curso possa atender aos padrões de qualidade, garantindo aprendizagem satisfatória aos cursistas e o comprometimento com a realidade local, regional e nacional, com a adequação aos arranjos culturais, com o respeito à diversidade e à eliminação de preconceitos de forma a atender o indivíduo em sua totalidade capacitando os egressos ao pleno exercício da cidadania.

2.3. Objetivo Geral

Formar profissionais das diversas áreas de atuação para serem capazes de elaborar estratégias políticas para a gestão pública numa perspectiva de legalidade e legitimidade contribuindo para o pleno exercício da cidadania.

2.3.1. Objetivos Específicos

- Proporcionar formação política suprapartidária.
- Analisar as relações entre elaboração de Leis e as demandas da sociedade.
- Analisar as relações entre a aplicação e o cumprimento das Leis e as demandas da sociedade.
- Proporcionar o conhecimento técnico e prático da gestão da política.
- Desenvolver a prática cotidiana da cidadania, buscando integrar a realidade das comunidades locais com as políticas públicas desenvolvidas.
- Oferecer mecanismos metodológicos para a construção de políticas de resultados sociais.

2.4. Metodologia

O Curso será desenvolvido totalmente a distância, com o acompanhamento do professor e apoiado pelo pedagogo do curso. Além disso, o coordenador do curso com o pedagogo farão o registro da participação do aluno na realização das atividades propostas e acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem no sentido de observar e intervir, caso haja necessidade. No ambiente virtual de aprendizagem Moodle serão exploradas: solução de problemas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e assíncronas do AVA. No AVA serão exploradas: solução de problemas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Além disso, os discentes terão acesso a uma Sala Experimental para praticar a edição dos recursos e atividades do Moodle.

2.5. Ações de Acessibilidade e Permanência

2.5.1. Ações de Acessibilidade aos Estudantes Pretos, Pardos e Indígenas

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, é um espaço criado no Campus Nova Venécia pela Portaria Nº 150, de 07 de Junho de 2017 e conta, atualmente, com membros entre docentes, discentes e técnico-administrativos.

Seu objetivo é promover a discussão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira bem como garantir uma ressignificação e valorização das matrizes africanas e indígenas que formam a diversidade cultural brasileira e desenvolver ações articulando a promoção da inclusão escolar de pessoas de diferentes raças e etnias, buscando viabilizar o acesso, a permanência e conclusão com êxito dos seus cursos. O Neabi tem entre outros objetivos: propor atividades curriculares que contemplem a temática da educação das relações étnico-raciais e oportunizar espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais, em especial os afro-brasileiros e indígenas, no contexto da diversidade cultural e étnica que circunda e compõe o Campus, valorizando suas identidades, tradições e manifestações culturais.

O núcleo foi criado com base nas determinações da Lei 10.639/03, ampliada pela Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, da educação básica e do ensino superior. A ação do núcleo será orientada pelo Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03.

A atuação do Neabi será fundamentada pelos seguintes princípios:

- I - Respeito aos Direitos Humanos;
- II - Educação de qualidade para todos e todas;
- III - Acolhimento à diversidade;
- IV - Acessibilidade e autonomia;
- V - Gestão participativa;
- VI - Parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil.

São objetivos do Neabi:

- I – propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas às temáticas das identidades e relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural;
- II – atuar no desenvolvimento de ações afirmativas no Ifes, em diálogo com os movimentos sociais (negros e indígenas) e demais setores da sociedade civil, em prol de uma efetiva implantação do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, conforme marcos legais nacionais e institucionais;
- III – envidar esforços, a partir das demandas expressas pelos movimentos sociais negros e indígenas, representação no Conselho Superior, no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós- Graduação, na Câmara de Ensino, na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e na Câmara de Extensão do IFES, para participar das tomadas de decisão sobre as diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão nas temáticas étnico-raciais promovendo a cultura de uma educação antirracista, compreendendo e respeitando a diversidade;
- IV – encarregar-se como órgão proponente e consultivo, conforme inciso II, no que tange às políticas afirmativas implementadas no Ifes, como a política de reserva de vagas para indígenas e afro-brasileiros (cotas raciais) nos processos seletivos e concursos públicos oferecidos pelo Campus, Campus Avançado e Cefor;
- V – realizar estudos e debates sobre os componentes curriculares dos PPC (Projeto Pedagógico de Curso) dos cursos ofertados pelo Ifes, a fim de assessorar tecnicamente na inserção dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme preveem as leis nº. 10.639/2003 e nº.11.645/2008;
- VI – desenvolver ações educativas com a comunidade escolar que fortaleçam a importância da cultura negra e indígena na formação do povo brasileiro;
- VII – promover a realização de atividades de extensão, como cursos, seminários, palestras, conferências, painéis, simpósios, oficinas e exposições de trabalhos, com a participação da comunidade interna e externa, referentes às temáticas de que tratam o presente regimento;
- VIII - Constituir espaços coletivos de discussão e realização das ações inclusivas, garantindo a representatividade e participação estudantil no planejamento, execução e avaliação das ações realizadas.
- IX – fomentar ações educativas e culturais, por meio da gestão de ensino, pesquisa e extensão do Ifes em suas respectivas unidades, com abordagens inter-, multi- e transdisciplinares ligadas aos temas étnico-raciais e racismo, bem como pleitear a publicação dos respectivos resultados em veículos de comunicação internos e externos;
- X – ensinar a formação inicial, a formação continuada e a formação em serviço para a comunidade escolar, difundindo o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e indígena e da diversidade histórica e cultural para construção da Nação Brasileira;
- XI – assessorar no processo de produção e difusão, junto aos setores de ensino, pesquisa e extensão, de metodologias de ensino e de aprendizagem relacionadas à temática étnico-racial e racismo;
- XII – orientar a Diretoria de Ensino, as coordenadorias de cursos e o setor pedagógico quanto à inclusão de conteúdos referentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais e Racismo (ERERR) nos projetos pedagógicos dos cursos Técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente e Proeja); do Superior e de Pós-Graduação;
- XIII – Propor e acompanhar a inclusão e a prática da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e Racismo (ERERR) nos PPC's (Projetos Pedagógicos de Cursos) de nível médio e superior (Graduação e Pós- Graduação Lato e Stricto Sensu), em especial nas Licenciaturas;

- XIV – recomendar ao Ifes o nome de obras literárias, cinematográficas e publicações científico-acadêmicas relacionadas à educação étnico-racial e antirracista para o acervo nas bibliotecas das unidades da instituição;
- XV – estimular a produção e a divulgação de materiais didáticos, paradidáticos e bibliográficos que valorizem as temáticas afro-brasileira, africana e indígena no Ifes;
- XVI– fortalecer o diálogo permanente com outras instituições e movimentos sociais negros e indígenas, com foco em questões relativas à equidade racial e combate ao racismo;
- XVII– participar da revisão, na totalidade, dos documentos institucionais referentes à política educacional voltada às questões africanas, afro-brasileiras e indígenas.

2.5.2. Ações de Acessibilidade aos Estudantes com Necessidades Específicas

A coordenação do curso e seus professores, desenvolverão ações em parceria com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), a fim de garantir a acessibilidade dos estudantes com necessidades específicas.

O Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Entende-se como pessoas com necessidades específicas aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

A atuação do Napne é norteada pelos seguintes princípios: respeito aos Direitos Humanos; educação de qualidade para todos; acolhimento à diversidade; acessibilidade e autonomia; gestão participativa; parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil; inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Os objetivos do núcleo são:

- I. Identificar os discentes com necessidades específicas no campus;
- II. Orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- III. Contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele necessitem;
- IV. Orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas;
- V. Contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
- VI. Promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;
- VII. Articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;
- VIII. Contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;
- IX. Colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do Ifes;
- X. Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;
- XI. Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

O Napne do Ifes Nova Venécia é composto por servidores docentes e técnico-administrativos, constituindo equipe multidisciplinar do ensino formada por: pedagoga, psicólogo, auxiliar de enfermagem, bibliotecário, tradutora e intérprete de libras, docente de atendimento educacional especializado, docentes do ensino regular de cursos técnicos e superiores.

Por ser um órgão de natureza consultiva e executiva, o Napne colabora na articulação das ações de inclusão de pessoas com necessidades específicas tomando por referência a ideia da corresponsabilização, por compreender que os processos de ensino-aprendizagem são possíveis com a participação de todos os envolvidos na comunidade acadêmica (profissionais da educação, estudantes, familiares, sociedade civil).

Os procedimentos de identificação, acompanhamento, atendimento e certificação de estudantes com necessidades específicas estão previstos em documentos institucionais – como resoluções, regulamento de organização didática, projetos de curso – acompanhando os marcos legais federais. A finalidade dessas ações é a formação integral do estudante.

Todo o processo de acompanhamento, desde a matrícula do aluno até a conclusão do curso, segue as legislações vigentes, incluindo as Resoluções do Conselho Superior do Ifes que tratam do atendimento a alunos com necessidades específicas. As adaptações e flexibilizações curriculares garantidas por Lei são realizadas por meio de planejamentos, reuniões entre equipe docente, pedagógica, Napne e Coordenadoria de Curso, acolhimento e diálogo com aluno e família, acompanhamento dos envolvidos diretamente na aprendizagem do aluno, atendimentos individuais do aluno com os docentes e Napne ao longo dos semestres, reuniões finais para avaliação final do aluno em cada componente curricular e reuniões com a gestão do campus para providências que competem à Gestão (contratações, aquisições de materiais, ente outros).

Frisa-se que o acompanhamento, avaliações (formativa, processual, diagnóstica, por Terminalidade Específica) e análise do trabalho a ser realizado seguem as legislações e são realizadas de acordo a realidade e especificidades de cada aluno, visto que não há como estabelecer procedimentos sem considerar as peculiaridades do discente. Quanto aos instrumentos das práticas avaliativas, são várias as possibilidades enumeradas: observação e registro (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo); provas operatórias (individuais e em grupos); autoavaliação; portfólio, dentre outros.

Salienta-se, portanto que, quando necessário, serão empregadas adaptações no currículo regular para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes, público-alvo da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), visando à adaptação e flexibilização curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente.

2.6. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. Todas as atividades avaliativas serão à distância, por meio do ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou outras ferramentas digitais associadas a este.

Os resultados serão quantificados em notas de uma escala de 0 a 100 estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 60 pontos. Para fins de recuperação de resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pela coordenação, dentro da previsão de fechamento das pautas. O aluno que não atingir os 60 pontos de aproveitamento terá a sua matrícula cancelada, conforme o Regimento dos Cursos de Pós-graduação do Ifes.

Para receber o certificado, o aluno deverá ser aprovado em todos os componentes curriculares do curso. Os certificados serão expedidos após todos os professores fecharem seus diários junto à CRA. Os certificados expedidos deverão mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do respectivo histórico escolar, no qual constará:

- a) relação das disciplinas, suas cargas horárias, nota e respectivo aproveitamento, nome e titulação dos professores ministrantes;
- b) o período e o local em que o curso foi realizado e sua duração total em horas de efetivo trabalho acadêmico;
- c) declaração de que o curso cumpriu todas as disposições previstas nas normas vigentes; ato legal de credenciamento da instituição.

O título que constará no certificado: Aperfeiçoamento em Gestão Aplicada à Política.

2.7. Estágio Supervisionado

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

Pela natureza do curso e pelo período de duração não se aplica a prática de estágio supervisionado nem obrigatório nem optativo.

2.8. Público-alvo

Profissionais detentores de diploma de graduação de qualquer curso superior, preferencialmente ligados aos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e da sociedade em geral.

2.9. Perfil do Egresso

Deseja-se capacitar profissionais com conhecimentos teórico-práticos para a gestão, o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas sociais e econômicas, bem como contribuir para que se tornem eficientes agentes de gestão em política buscando sempre o aprimoramento das relações entre o Estado e a sociedade.

2.10. Infraestrutura

O curso será ofertado pelo Campus Nova Venécia/Ifes e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle. Quanto à infraestrutura física, o Campus Nova Venécia possui acessibilidade arquitetônica garantindo livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos dois andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; rampa de acesso ao prédio da Biblioteca e em implantação a designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille. Está prevista a elaboração de um projeto arquitetônico e colocação de piso tátil para melhorar a mobilidade e a segurança de pessoas cegas ou com baixa visão que transitam pelo Campus Nova Venécia.

2.11. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

Não há.

2.12. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Não há.

3. Equipe

Nome	Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha	Função na Equipe	Pedagogo
Vínculo Ifes	Técnico Administrativo	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5261314986784644			
Resumo Currículo Lattes: Possui o grau de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) (2001-2006). No período de 2007 a 2011 trabalhou como produtor rural na região do Caparaó-ES com especial ênfase em processos produtivos de base agroecológica. De 2012 a 2014 atuou como professor de Sociologia da rede estadual de ensino do Espírito Santo e como professor de inglês			

na rede privada. A partir de 2014 se tornou Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Fluminense (IFF). Possui pós-graduação em Design Educacional e Práticas Pedagógicas para Professores. Atuou como coordenador e assessor de projetos de extensão do IFFluminense campus Itaperuna. Coordenou o NEABI do IFF campus Itaperuna 2014-2015 e o Centro de Memórias 2015-2016. Trabalhou como Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Montanha, coordenou o NEABI (2018) coordenando interinamente o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (2018). Atualmente trabalha como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Nova Venécia, coordena o Núcleo de Estudos Ambientais e Agroecologia do campus Nova Venécia.

Nome	Sollyvan Rangel Mazziolli*		Função na Equipe	DI
Vínculo Ifes	Técnico Administrativo		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas	
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6164250140371709				
Resumo Currículo Lattes: Possui graduação em Administração, Habilitação em Análise de Sistemas (2008). Possui Complementação Pedagógica em Matemática (2009). Possui especialização em Gestão Escolar com Habilitação em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção (2010). Ambas pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia, atual Multivix - Nova Venécia. Atualmente é auxiliar em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.				

Nome	Pillar de Oliveira Carvalho Rodrigues		Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas	
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3060197349254140				
Resumo Currículo Lattes: Possui doutorado em Geofísica pelo Observatório Nacional (com estágio sandwich no exterior na George Mason University, EUA) (2018), mestrado em Geologia pela Geologia e Geofísica Marinha pela Universidade Federal Fluminense (2012), e graduação em Geologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2010). É professora D3-III do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Campus Nova Venécia), desde janeiro de 2013, e coordenadora do curso de bacharelado em Geologia desta instituição desde março de 2019. Atua como coorientadora de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geofísica do Observatório Nacional desde março de 2019. Vem atuando em diversas áreas de pesquisa relacionadas à Geofísica, em colaboração com pesquisadores do Brasil e exterior, com ênfase nos seguintes temas: paleoclimatologia (processos quase-periódicos em escala centenária a milenar e eventos de mudanças climáticas abruptas ao longo do passado geológico), e análise de sinais e calibração astronômica de dados cicloestratigráficos (registros pré-cambrianos).				

Nome	Jaime Bernardo Neto		Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	3 horas	

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5751641036085344>

Resumo Currículo Lattes:

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Campus Nova Venécia do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), atuando no ensino, pesquisa e extensão relacionados à Geografia Humana e Ensino de Geografia. Sua produção concentra-se nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Agrária (formação do espaço agrário capixaba e conflitos no campo), Geografia Política (espaço, processos identitários e relações de poder) e Ensino de Geografia (currículo, representações do espaço, processos identitários e relações de poder).

Nome	Weverton Pereira do Sacramento	Função na Equipe	Coordenador de Curso/Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	8 horas

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9213307411458655>

Resumo Currículo Lattes:

Graduado em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (1999), Licenciado em Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES (2019), mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2003) e doutor em Educação na Universidade del Norte - UNINORTE, Assunção-PY (2014), revalidado pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2018). Atualmente sou professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, onde coordeno o curso de pós-graduação lato sensu em Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental e o curso de Extensão em Formação e Gestão Política. Possuo experiência na Mineração, na Educação a Distância, na Docência dos vários níveis de ensino e na Gestão Pública. Venho atuando em defesas das minorias e dos excluídos por meio da pesquisa, da militância e de publicações na área da diversidade de gênero. Áreas de interesse: mineração, gestão pública, gênero e diversidade, formação técnica, formação de professores e educação a distância.

Nome	Alex Canal Freitas	Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Barra de São Francisco	Carga Horária dedicação ao curso	5 horas

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5139062141627351>

Resumo Currículo Lattes:

Graduado em Direito (2011), pós-graduado em Direito Processual Civil (2013) e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (2015) pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria e Filosofia do Direito e Direito Público. Professor de Direito no Instituto Federal do Espírito Santo - IFES.

Nome	Gustavo Rovetta Pereira	Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - 40 horas	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4172971695248777>

Resumo Currículo Lattes:

Possui o grau de Bacharel (2011) e Mestre em Ciências Sociais (2014) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência com os seguintes temas: Antropologia Ecológica, Sociologia do Desenvolvimento, Conflitos Socioambientais e Agroecologia. Como pesquisador colaborador, fez parte do GEPEDES (Grupo de Estudos e Pesquisa em populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo) do Departamento de Ciências Sociais da UFES, de 2010 a 2014. Foi membro da ONG Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa, onde realizou trabalhos de Extensão Rural, Assessoria Técnica, em vista, do cooperativismo, associativismo e da transição agroecológica, junto a agricultores familiares da região do Caparaó Espírito-Santense, principalmente no município de Alegre, durante os anos de 2015, 2016 e 2017. Atualmente é Doutorando em Desenvolvimento Rural , na UFRGS e faz parte do DESMA (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável na Mata Atlântica) e do TEMAS (Grupo de Pesquisa em Tecnologias, Meio Ambiente e Sociedade). Com interesse nas temáticas de: Mudanças Climáticas, Agricultura e a Questão Ambiental, Ambientes em Degradação/Recuperação, Conflitos Ambientais, Biodiversidade, Etnoecologia e Agroecologia.

Nome	Marcos Roberto da Silva		Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Técnico Administrativo		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas	
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6864504375124788				
Resumo Currículo Lattes: Graduado em Administração pela Universidade de Uberaba - UNIUBE, em 2014, especialista em Gestão Pública pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - Univen, fui professor de Língua Estrangeira nos anos 2009 e 2010, desde 2012 servidor público federal efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes, onde desde 2018 ocupo o cargo de diretor de Administração e Planejamento.				

Nome	Rodolfo Moura Pereira		Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	2 horas	
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3225452167363746				
Resumo Currículo Lattes: Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa.(1999-2002). Especialização Lato Sensu em Psicopedagogia pela Universidade Castelo Branco (2006). Mestre em Educação em Ciências pelo IFES (2015). Doutorando em Cognição e Linguagem pela UENF-RJ. Academicamente, se dedica ao estudo da Fenomenologia, Análise de discurso, Educação, Educação Física. Possui onze anos de experiência na educação superior, cinco anos na educação infantil , 7 anos no ensino fundamental e três anos no ensino médio. É servidor do IFES - Campus Nova Venécia, onde atua como professor EBTT de Educação Física nos cursos técnicos integrados e na pós-graduação em Metodologias do Esporte.				

Nome	Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda		Função na Equipe	Professor (a)
Vínculo Ifes	Docente - DE		Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES - Campus Nova Venécia	Carga Horária dedicação ao curso	3 horas	
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9213307411458655				
Resumo Currículo Lattes:				

Formado em licenciatura e bacharelado em História na Universidade Federal Fluminense, mestre em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é doutorando do curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Especializado em História Contemporânea do Brasil, partidos políticos e história do Brasil recente.

4. Matriz Curricular

Período	Módulo	Componente Curricular				Professor Responsável	Carga Horária
		Código	Descrição	Teórica/ Prática	Presencial/ A Distância		
06/10 a 19/10	1	001	Ambientação em Educação a Distância	T/P	EaD	Pillar de Oliveira Carvalho Rodrigues	15h
20/10 a 09/11	1	002	Democracia, Cidadania e Direitos Humanos	T/P	EaD	Jaime Bernardo Neto	15h
20/10 a 09/11	1	003	Associativismo e Movimentos Sociais	T/P	EaD	Weverton Pereira do Sacramento	15h
10/11 a 23/11	1	004	Bem Público e Bem Privado	T/P	EaD	Alex Canal Freitas	15h
10/11 a 23/11	1	005	Gestão e Políticas Públicas (Regimento da Administração Pública)	T/P	EaD	Marcos Roberto da Silva	15h
24/11 a 07/12	1	006	Constituição Federal e a Tripartição dos Poderes no Brasil	T/P	EaD	Alex Canal Freitas	15h
24/11 a 07/12	1	007	Processo Eleitoral Brasileiro e Política Partidária	T/P	EaD	Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda	15h
08/12 a 08/12	1	008	Políticas Públicas de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	T/P	EaD	Rodolfo Moura Pereira	15h
08/12 a 21/12	1	009	Desenvolvimento Social e Sustentabilidade	T/P	EaD	Gustavo Rovetta Pereira	15h
2022							

02/02 a 15/02	1	010	Agricultura, Agroecologia e Meio Ambiente	T/P	EaD	Jaime Bernardo Neto	15h
02/02 a 06/03	1	011	Responsabilidade Fiscal e Dívida Pública	T/P	EaD	Weverton Pereira do Sacramento	30h
16/02 a 06/03	1	012	Saúde Pública	T/P	EaD	Alex Canal Freitas	15h
16/02 a 06/03	1	013	Segurança Pública	T/P	EaD	Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda	15h
Carga Horária Total do Curso							210

5. Ementário

Disciplina: Ambientação em Educação a Distância	Código: 001
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
<ul style="list-style-type: none"> -Ambientes Virtuais de Aprendizagem. -Fundamentais da Educação a Distância. -Aprendizagem Colaborativa. -Estratégias de aprendizagem a distância. -Orientações para o estudo na modalidade a distância. 	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. - Apresentar Ambientes Virtuais de Aprendizagem. - Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. - Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. - Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância. 	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<ul style="list-style-type: none"> -A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. -O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. - Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos. 	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.</p> <p>BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Acesso em: 26 out. 2018.</p> <p>CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à educação a distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.</p> <p>LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016.</p> <p>LITTO, M. F.; FORMIGA, M. Educação a distância: estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. v.1</p> <p>MESQUITA, Deleni; PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente virtual de aprendizagem: conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.</p> <p>MOODLE.ORG. Disponível em: https://moodle.org/?lang=pt_br. Acesso em: 26 out. 2018.</p> <p>MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.</p> <p>MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. ABC da EAD. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. v. 1.</p> <p>MATTAR, João. Guia de educação a distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.</p>	

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. **Educação a distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

Disciplina: Democracia, Cidadania e Direitos Humanos	Código: 002
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
<p>- Compreensão das bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos, da reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira, despertando nos alunos o interesse no debate e na participação em questões afetas à cidadania e à vivência plena dos direitos e contribuindo para o desenvolvimento de responsabilização.</p> <p>Ética e responsabilidades. Ética e moral. Noções de cidadania. Cidadania e esfera pública. Cidadania, direitos sociais e participação política.</p> <p>- Fundamentos históricos dos Direitos Humanos: conceito de Direitos Humanos, Cidadania e Democracia. Direitos civis e políticos. Direitos econômicos e sociais. Direitos de solidariedade. Conhecendo a legislação: A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ética e Cidadania: caminhos filosóficos; Administração pública, Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira; Ética na Política; Cidadania: Os Compromissos Éticos: Ética, educação, cidadania; Cidadania e combate à corrupção; Cidadania para crianças e jovens; Cidadania para mulheres; Cidadania global.</p>	
Conteúdo	
<p>História dos direitos humanos. Promulgação e princípios gerais dos direitos humanos. Processo de construção dos direitos humanos. Contexto histórico mundial antes e após a promulgação dos direitos humanos. Direitos humanos na prática. Ataques aos direitos humanos. Por que os direitos humanos incomodam tanto parte da sociedade. Ética e responsabilidades. Ética e moral. Como a ética afeta na prática a vida das pessoas. Conceito de ética. A ética flexível do brasileiro. Ética e corrupção. Compromissos Éticos: Ética, educação, cidadania. Noções de cidadania. Cidadania e esfera pública. Cidadania, direitos sociais e participação política.. Cidadania e combate à corrupção. Cidadania para crianças e jovens. Cidadania para minorias e diversidades. Cidadania para idosos. Cidadania para mulheres. Cidadania global.</p>	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<p>-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>MILL, John Stewart. Ensaio sobre a Liberdade. São Paulo: Editora Escala, 2006.</p> <p>COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>LIMA, Carolina Alves de Souza. Revoluções Burguesas: Contribuições para a Conquista da Cidadania e dos Direitos Fundamentais. Revista Unisul de Fato e de Direito (Universidade Sul de Santa Catarina). Vol.II n. 12. 2016.</p>	

MELLO, Vico Denis S., e DONATO, Manuela Riane A. **O Pensamento Iluminista e o Desencantamento Do Mundo:** Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. Revista Crítica Histórica. Ano II, n.4, 2011.
 ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Bibliografia Complementar

CANAU, Vera e SACAVINO, Susana (orgs.). **Educar em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: D& P Editora, 2000.
 CANAU, Vera Maria et alii. **Tecendo Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
 CAPORALI, Renato. **Ética e Educação**. Rio de Janeiro: Gryfus, 1999. (col. Educação e diálogo, vol.1).
 COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De Menor a Cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil**. Ministério da Ação Social /Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.
 COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.
 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.
 DINIZ, Andréa & CUNHA, José Ricardo (org.). **Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente**. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião /Kroart, 1998.
 Distintos Olhares da Cidadania. Salvador: UNICEF/CEAO/Projeto Axé, 1998.
 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069.
 LEI 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**.
 NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem**. São Paulo: Ática, 2.

Disciplina: Associativismo e Movimentos Sociais	Código: 003
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
<p>-A participação popular e sua função na organização política atual, bem como sua inserção no modelo contemporâneo de Estado. A importância dos movimentos populares no Brasil.</p> <p>- Ambiente Social e Organizacional. Origem histórica das organizações. Participação. Gestão participativa. Associativismo. Princípios do cooperativismo. Classificação e organização das cooperativas. Fundação e funcionamento de cooperativas. Organizações não governamentais. Institutos. Fundações. Políticas Públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Outras formas de cooperação. Organizações cooperativas e associativas. Origem da participação popular. A Constituição Brasileira e os movimentos sociais.</p>	
Conteúdo	
<p>Origem da participação popular. A Constituição Brasileira e os movimentos sociais. Origem histórica das organizações. Participação. Gestão participativa. Associativismo. Princípios do cooperativismo. Classificação e organização das cooperativas. O que é associativismo. A importância do associativismo para a organização social, a democracia e o controle do Estado. Associativismo como alternativa estratégica de combate à corrupção. Cooperativismo. Formas de cooperação. Organizações cooperativas e associativas. Organizações cooperativas e associativas. Por que os movimentos sociais incomodam o sistema de poder vigente. O futuro dos movimentos sociais.</p>	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<p>-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e</p>	

comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre “controle social do poder” e “participação popular”. In: **Revista de Direito Administrativo**, v.189.Rio de Janeiro,1992, p.114-22.
GAIGER, L. I.(org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Bibliografia Complementar

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.
SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 13 mar. 2011.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Lei cooperativista – Nº 5.640 de 16/12/71**. Brasília: 1971.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Direito da Participação Política: legislativa, administrativa, judicial**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. SESCOOP/OCB, Santo André: ESETEC Editores associados, 2000.
Siqueira., G. S. (2011). **História do Direito pelos movimentos sociais: Cidadania, Experiências e Antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro (Brasil, 1906)**.

Disciplina: Bem Público e Bem Privado	Código: 004
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
- Conceitos e definições de bem público e privado. Distinção entre bem público e privado. Conceitos e características. Classificação dos Bens Públicos: Quanto à titularidade; Quanto à destinação e Quanto à disponibilidade.	
Conteúdo	
Princípios da existência, organização, funcionamento e finalidades do bem público. O setor público na Constituição Federal. As funções do bem público. O bem público e a lógica capitalista. Diferenças entre o bem público e bem privado.	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. -O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. - Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.	
Avaliação da Aprendizagem	
Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto	

semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

Alexandrino, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro, Editora Impetus, 2008.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço público**, v. 47, n. 1, p. 07-40, 2015.
WERLE, D. L. HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. São Paulo: Loyola, 2007.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, F. B. de S.J. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro: M.E.C. 1967.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública**. Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB. 182p. Florianópolis, 2010.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

Disciplina: Gestão e Políticas Públicas (Regimento da Administração Pública)	Código: 005
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Receitas públicas. Despesas públicas. Gastos públicos. Política fiscal. Sistema de controle interno. Políticas Públicas e Políticas Sociais. Orçamento público e contabilidade. Conceituações gerais e comparações entre orçamentos: público e privado. Resgate histórico das políticas públicas brasileiras. Estado, políticas públicas e padrões de articulação público-privado. Estado e sociedade: interação e mediação. Plano Diretor: Base Conceitual e Princípios. Constituição Federal. Constituição Estadual. Lei Orgânica Municipal. O orçamento como instrumento de gestão municipal. Princípios, processos e mecanismos da gestão democrática e participativa. O que é um Plano Diretor. Porque elaborar um Plano Diretor? O quadro urbano atual. Planejamento participativo. Responsabilidade do Poder Público: Poder Executivo e da Câmara Municipal. O orçamento na Constituição Federal: princípios orçamentários; vedações constitucionais; instrumentos de gestão orçamentária: PPA, LDO e LOA. LRF e a consolidação de vínculos entre os instrumentos de gestão. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais e Sociais. Relações entre gestão democrática e diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão dos serviços municipais.	
Conteúdo	
- Normas de orçamento. Contabilização. Controle e prestação de contas do setor público no Espírito Santo. Balanços públicos. Planejamento. Orçamento. Lei 4320/64. Projeto de Lei nº 135/96. Receitas públicas. Despesas públicas. Gastos públicos. Política fiscal. Sistema de controle interno. Políticas Públicas e Políticas Sociais. - Gestão Pública: conceitos e evoluções. Orçamentos e Contabilização: Conceituações gerais e comparações entre orçamentos: público e privado. Resgate histórico das políticas públicas brasileiras. Estado, políticas públicas e padrões de articulação público-privado. Estado e sociedade: interação e mediação. - Plano Diretor: Base Conceitual e Princípios. Constituição Federal. Constituição Estadual. Lei Orgânica Municipal. O orçamento como instrumento de gestão municipal. Princípios, processos e mecanismos da gestão democrática e participativa. - Serviço Público Municipal - conceito; Classificação de Serviços Públicos; Regulamento e Controle do Serviço Público; Prestação de Serviços Públicos. O que é um Plano Diretor. Porque elaborar um Plano Diretor? O quadro urbano atual. Planejamento participativo. Responsabilidade do Poder Público: Poder Executivo e da Câmara Municipal. O orçamento na Constituição Federal: princípios orçamentários; vedações constitucionais; instrumentos de gestão orçamentária: PPA, LDO e LOA. LRF e a consolidação de vínculos entre os instrumentos de gestão. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais e Sociais. Relações entre gestão democrática e diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão dos serviços municipais.	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.	

-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.

Avaliação da Aprendizagem

Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ARANTES, Rogério Bastos et alii. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: **Burocracia e Política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.109-148.

BARROS, Carlos Roberto Galvão. **O controle ativista da administração pública pelos tribunais de contas brasileiros e portugueses**. São Paulo: Baraúna, 2010.

CAPELLA, A. C. BRASIL, F. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos Cebrap**, n. 101, março de 2015, p. 57-76

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. A formação da agenda de políticas públicas no presidencialismo de coalizão. **Olhares Plurais**, v. 16, n. 1, 2017. p. 170-179.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública: planejamento, processos, sistema de informações e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

CEDRAZ, Aroldo. O desafio da inovação. **Revista do TCU**, Brasília, a.43, n.121, p.6-11, mai./ago. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: Gênese, crise, alternativas. In Lima, Júlio César França Neves. **Fundamentos da Educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

JACOB, Cesar Romero et alii. **A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Notas Críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos**. IN: BIB, Rio de Janeiro, 43, 1997.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

VARGAS, Jorge. O novo papel do TCU. O Estado de São Paulo, São Paulo, 07 jul. 1988, p.2.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 22.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

ZYMLER, Benjamin. **Direito administrativo e controle**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

Disciplina: Constituição Federal e a Tripartição dos Poderes no Brasil	Código: 006
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Constituição Federal. Análise e comparação das últimas Constituições do Brasil avanços e retrocessos sociais. Funcionamento do Estado. O pacto federativo. Objetivos fundamentais da República. Os Três Poderes e a relação entre eles. O Ministério Público. A função de cada Poder. Noções gerais da Constituição Estadual.	

Conteúdo
<p>- Funcionamento do Estado: Os Três Poderes da República.</p> <p>- Tripartição dos poderes; independência e harmonia. Objetivos fundamentais da República. A função de cada Poder.</p> <p>- Noções Básicas da Constituição Federal e Constituição Estadual.</p> <p>- Dos princípios fundamentais - artigos 1 a 4. Dos direitos e garantias fundamentais - artigos 5 a 17. Da organização do Estado - artigos 18 a 43. Da organização dos Poderes (parte I) - artigos 44 a 91. Da organização dos Poderes (parte II) - artigos 92 a 135. Da Defesa do Estado e das instituições democráticas - artigos 136 a 144. Da Organização do Estado: Capítulo I - Da Organização Político- Administrativa; Capítulo II - Da Competência do Estado; Capítulo III - Dos Municípios; Capítulo IV - Da Intervenção; Capítulo V - Da Administração Pública.</p>
Metodologias e Recursos que serão utilizados
<p>- A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>- O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>- Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>- O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de; BOLONHA, Carlos; ALMEIDA, Maíra. 30 anos da Constituição de 1988: uma jornada democrática inacabada. Carlos Bolonha, Fábio Corrêa Souza de Oliveira, Maíra Almeida, Elpídio Paiva Luz Segundo (Coord.). Belo Horizonte : Fórum, 2019.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.</p> <p>CANOTILHO, Joaquim. José Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Alamedina, 2001.</p> <p>Falcão, Joaquim. Ordem Constitucional Econômica. Editora FGV; 1ª edição (1 janeiro 2013).</p> <p>FASSY, Ludmila Fajardo. Do controle pelo poder judiciário das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais. BDJur, Brasília, DF, 22 maio 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br. Acesso em 20 de dezembro de 2011.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 15ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI, FERNANDO MALUF, MARCELLO LAVENÈRE MACHADO NETO. Constituição da República 30 Anos Depois: Uma Análise Prática da Eficiência dos Direitos Fundamentais. Editora : Fórum; 1ª edição (5 janeiro 2019).</p> <p>Barroso, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial / Luís Roberto Barroso ; tradução Humberto Laport de Mello. – 3ª reimpressão. – Belo Horizonte : Fórum, 2014.</p> <p>Barroso, Luís Roberto. O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil / Luís Roberto Barroso. – Belo Horizonte : Fórum, 2012.</p> <p>Ferrari, Regina Maria Macedo Nery Curso de direito constitucional / Regina Maria Macedo Nery Ferrari; apresentação de Daniel Wunder Hachem. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>Fux, Luiz. Jurisdição Constitucional II: cidadania e direitos fundamentais / Luiz Fux. Coordenação Valter Shuenquener Araujo. – Belo Horizonte: Fórum, 2017.</p>

MORAIS, Alexandre. **Direito Constitucional**, 19ª edição, São Paulo: Atlas, 2006.
 NOVELINO, M. **Constitucionalismo e democracia**. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 125-160.
 SALDANHA, Nelson. **O Estado Moderno e a Separação dos Poderes**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2010.
 ZENNI, Alessandro Severino Valler; FILHO, Daniel Ricardo Andreatta. **O direito na perspectiva da dignidade humana**. Porto Alegre: Fabris, 2011.

Disciplina: Processo Eleitoral Brasileiro e Política Partidária	Código: 007
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Histórico do processo eleitoral brasileiro. Processo eleitoral brasileiro. Propostas de reformas para o processo eleitoral. Direito eleitoral. Voto obrigatório. Eleição e democracia. Partido político: histórico e funções. A importância dos partidos políticos. Política sem partido. Política partidária e política apartidária. O Estado e o sistema político.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> - O que é política eleitoral, partidária e social. - O Sistema eleitoral brasileiro. Partidos Políticos no Brasil. As diferentes abordagens das políticas sociais. - A Reforma Política e o Direito Eleitoral. - A Constituição de 1988 e o Sistema Político; O Estado e o sistema político; Fortalecimento da Democracia: Aprimorando a Democracia Representativa: Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; Necessidade de Enfrentamento do Abuso de Poder Econômico no Processo Eleitoral; Reforma da Justiça Eleitoral. - Diferenças e a importância da política partidária e apartidária. 	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<ul style="list-style-type: none"> -A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. -O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. - Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos. 	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>ADORNO, Sérgio, Os Aprendizados do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.</p> <p>ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de, Democracia Representativa – Do Voto e do Modo de Votar, 4ª ed, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931.</p> <p>BAHIA, Luiz Henrique Nunes, O Poder do Clientelismo: Raízes e Fundamentos da Troca Política, Rio de Janeiro, Renovar, 2003.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.</p> <p>DUVERGER, M., Os Partidos Políticos, Brasília, UnB, 1980.</p>	
Bibliografia Complementar	
FERREIRA, Jorge (org.), O Populismo e sua História: Debate e Crítica , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.	

MICHELS, R., **Sociologia dos Partidos Políticos**, Brasília, UnB, 1982.

YAZBEK, Maria Carmelita. **“A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social”**, Cadernos CEAS, nº 164, Salvador, 1996.

Disciplina: Políticas Públicas de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Código: 008
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Educação na Constituição Federal. Educação como direito universal. Educação federal, estadual, municipal, filantrópica e particular. Educação e cidadania. O que é esporte. O esporte na Constituição Federal. Políticas públicas de incentivo ao esporte. Esporte de alta performance e esporte recreativo. A importância do esporte para a cidadania. O que é cultura. A cultura na Constituição Federal. Políticas públicas de incentivo à cultura. A importância da cultura para a cidadania. Conceito de lazer. O direito ao lazer. O lazer como princípio de cidadania.	
Conteúdo	
<p>- Contexto histórico da estruturação política do ensino e das lutas por educação pública no Brasil. As principais reformas educacionais brasileiras, os projetos em disputa na sua formulação e os mecanismos de sua implementação. Análise crítica dos determinantes da estrutura e funcionamento da educação básica e das políticas educacionais do Brasil contemporâneo.</p> <p>Estudo de programas e projetos de políticas públicas do Esporte, cultura e Lazer no âmbito federal, estadual e municipal.</p> <p>- Estrutura de Estado e a produção das políticas públicas sociais. Estrutura do ensino no Brasil à estrutura política, ao longo do século XX. Processos de mobilização da sociedade civil e suas propostas em torno da educação, no contexto da elaboração da Constituição Federal de 1988. Diretrizes nacionais que orientam as políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. Fundamentos da legislação contemporânea para a área da educação, tendo por referência programas governamentais federais, estaduais e municipais destinados a implementar reformas educacionais.</p> <p>Direito a educação esportiva, à cultura ao esporte e ao lazer à luz dos Direitos Humanos. Preservação da cultura popular e pontos turísticos. Espaço público para prática de esporte, físicas e culturais.</p>	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<p>-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>ASINELLI-LUZ, Araci. Educação e cidadania: a formação continuada de professores e a perspectiva da não-exclusão na escola In: ASSIS, Múcio Camargo de; ASSIS, Orly Z. Mantovani (orgs.). Educação e cidadania. XXII Encontro Nacional de Professores do PROEPRE. Campinas: FE, 2005.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.</p>	

BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). **Introdução aos Estudos do lazer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
 R.UA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. de (Org.). **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
 TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 4024/1961. BRASIL.
 BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 5692/1971. BRASIL.
 BONAMINO, Alicia C. de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. RJ, Quartet, 2002.
 CAMARGO, Luiz O. de L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
 DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Niterói, 1998.
 DUMAZEDIR, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.
 FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo, Ed. Cortez, 1989
 GERALDI, Corinta Ma. Grisolia. Algumas condições de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em: **Revista de Educação AEC**, Nº. 100, 1996.
 GHON, M^a da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo, Cortez, 1994.
 GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. (Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol. III.
 LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
 PATTO, M^a Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1993
 ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1978.
 SAVIANI, Demerval. **A nova Lei da educação - LDB – Trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo, Editora Autores Associados, 1999.
 TOMMASI, L; WARDE, M., HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 1999.

Disciplina: Desenvolvimento Social e Sustentabilidade	Código: 009
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Desenvolvimento social: histórico e modelos. Sustentabilidade: conceitos e histórico. Agenda 21. Desenvolvimento social x desenvolvimentismo econômico. Responsabilidade social. Meio ambiente. Instrumentos de controle e proteção ambiental. Controles e certificações de qualidade da produção. Controle de responsabilidade social do mercado produtivo. O que está por trás das ISO's.	
Conteúdo	
Teorias do Desenvolvimento: antecedentes. Desenvolvimento, questão ambiental e crise da sociedade industrial. A questão ambiental e sua incorporação ao conceito de desenvolvimento, eco desenvolvimentos e desenvolvimento sustentável. Alternativas para a crise socioambiental. O que é ISO. Agenda 21. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: abordagem econômica, abordagem social. Meio Ambiente e Responsabilidade Social: uma abordagem política e empresarial. Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Indicadores de Sustentabilidade e Eco desenvolvimento.	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. -O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. - Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.	
Avaliação da Aprendizagem	

Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ALMEIDA F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason. **Esverdeando a amazônia: comunidades e corporações em busca de práticas para negócios sustentáveis**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

ANDRADE, R. O. B., CARVALHO, A.B., TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental - enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2a.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ALMEIDA, Oriana Trindade de; FIGUEIREDO, Sílvio Lima; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da (Orgs). **Desenvolvimento & Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012.

FARIA FILHO, José Rodrigues de; ASHLEY, Patricia Almeida; CORRÊA, Mônica Marella (orgs). **E21 Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável** [livro eletrônico] : contribuições para o ensino de graduação. – 1. ed. – Niterói, RJ :Eduff, 2019. – . 2 mb : il. ; ePUB.

Bibliografia Complementar

ASHOKA-MCKINSEY. **Negócios sociais sustentáveis**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

BELLO, Célia Vieira Vitali. Zeri - **Uma proposta para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na qualidade ambiental voltada ao setor industrial**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. NAEA, Núcleo de Estudos Amazônicos, UFPA, Nov., 1993.

CAVALCANTI, Clóvis (organizador). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

Disciplina: Agricultura, Agroecologia e Meio Ambiente	Código: 010
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
História da agricultura. A importância da agricultura. Parâmetros, diretrizes e regulamentações da agricultura brasileira. Agricultura mundial. Agroecologia x agronegócio. Agricultura orgânica. Agricultura familiar. Agronegócio e o meio ambiente. Agroecologia e o meio ambiente.	
Conteúdo	
<p>- Importância da agricultura brasileira.</p> <p>Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Política de Incentivo à Produção Agroecológica do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Gestão Territorial: Recursos Naturais Renováveis e não Renováveis; Matriz Energética; Zoneamento territorial; Noções de Plano Diretor; Zoneamento Ecológico e Econômico; Unidades de Conservação Ambiental; Ecoturismo. Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Competitividade e responsabilidade socioambiental; instrumentos e normas de gestão ambiental; Políticas e instrumentos de controle ambiental.</p> <p>- Políticas Públicas para Agricultura Familiar; Agricultura em um processo de industrialização; Sistemas agroalimentar e agroindustrial; Agricultura Orgânica e Assistência técnica.</p> <p>- Apresentação, Objetivos, Metas, Estratégias, Iniciativas e Gestão do PLANAPO. Percepções das redes e movimentos da região sudeste sobre a proposta de Política Agroecológica.</p>	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	

<p>-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>ABRÃO, P. C. & SINGER, L. da M. 1985. "Impactos ambientais na mineração: um enfoque metodológico". In: Congresso Brasileiro de Mineração, 1, Brasília. Coletânea de Trabalhos Técnicos. Belo Horizonte, IBMN. Vol. 4. p. 156-169.</p> <p>RIGOTTO, Raquel Maria. VASCONCELOS, Dayse Paixão. ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(7):1-3, jul, 2014.</p> <p>Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública, Raquel Maria Rigotto, Dayse Paixão e Vasconcelos, Mayara Melo Rocha – Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro 30(7) 1-3 jun, 2014.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ABSY, M. L., ASSUNÇÃO, F. N. A. & FARIA, S. C. de. "Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas". IBAMA, Brasília, 1995.</p> <p>ALTIERE, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.</p> <p>BRAMOVAY, R. (1994). "A dualização como caminho para a agricultura sustentável". Estudos Econômicos, 24, número especial: 157-182.</p> <p>BRASIL. Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasília, 2013.</p> <p>CRUZ, Ana Paula Fernandes Nogueira da. A compensação ambiental diante de danos irreparáveis. Revista de Direito Ambiental. Jan./Mar./2001 v.21 p.278-285.</p> <p>LABARRERE, Maria de Fatima Freitas. Cidadania e Justiça. A atual legislação de biossegurança no Brasil. Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros. Jul./Dez./2000 v.9 p.202-219.</p> <p>ESPÍRITO SANTO. Lei nº 9.616/11 - Incentiva a agroecologia e a agricultura orgânica na agricultura familiar no Estado do Espírito Santo. ESPÍRITO SANTO.</p> <p>PERRINI, Raquel Fernandes. A ação popular como instrumento de defesa ambiental. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. Abr./Jun./1995 v.11 p.183-208.</p> <p>SANTANA, Heron Jose de. A ação civil pública e o litisconsórcio facultativo entre Ministério Público da União e dos Estados. Revista de Direito Ambiental. Out./Dez./2001 v.24 p.257-267.</p>

Disciplina: Responsabilidade Fiscal e Dívida Pública	Código: 011
Carga Horária: 30h T/P	A distância
Ementa	
<p>O que é Lei de responsabilidade fiscal. Responsabilidade fiscal na Gestão Pública. A responsabilidade fiscal na Constituição brasileira de 1988. A responsabilidade fiscal e os impactos sociais. A dívida pública. Histórico e contexto da dívida pública. Auditoria da dívida pública brasileira. O sistema da dívida. A dívida interna dos estados. Os impactos do sistema da dívida para a sociedade. Iniciativas internacionais de auditoria da dívida.</p>	

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> - A lei e os principais conceitos. A responsabilidade fiscal na Gestão Pública. - O que é Lei de responsabilidade fiscal. Objetivos da lei. A responsabilidade fiscal na Constituição brasileira de 1988. - Auditoria da dívida pública brasileira. O sistema da dívida. A dívida interna dos estados. - O Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Desigualdade social e desrespeito aos direitos humanos no Brasil. - Modelo econômico equivocada e injustiça social. - Dívida externa. Dívida interna. A dívida dos estados. Auditoria. - Iniciativas internacionais de auditoria da dívida.
Metodologias e Recursos que serão utilizados
<ul style="list-style-type: none"> -A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). -O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. -Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. -O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. - Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.
Avaliação da Aprendizagem
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>BRASIL. Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10028.htm. Acesso em: 21 jun. 2018</p> <p>BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm . Acesso em: 22 fev. 2021.</p> <p>COUTINHO, Bruno Martins. SENHORAS, Elói Martins. Balanço da transparência na Administração Pública brasileira entre 1993 e 2013. Cadernos de Finanças Públicas, n. 13, dez. 2013, p. 105-132.</p> <p>FATTORELLI, Maria Lucia. Caderno de Estudos – A dívida pública em debate. Brasília, 2012.</p> <p>FURTADO, Luiz Roberto Fortes. Um novo conceito em análise de obras públicas com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. 2002.</p> <p>GIAMBIAGI, Fábio e Ana Cláudia Duarte ALEM. “Finanças Públicas – teoria e prática no Brasil”, 4ª Ed rev. e atualizada- Rio de Janeiro, Elsevier, 2011 – 2ª reimpressão.</p> <p>MATIAS PEREIRA, José. “Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil”, 4 ed São Paulo, Ed. Atlas, 2009.</p> <p>MENDES, Marcos José. Sistema Orçamentário Brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. Cadernos de Finanças Públicas, Brasília, n. 9, p. 57-102, dez. 2009.</p> <p>RESTON, Jamil. O município para candidatos. 4 ed. Rio de Janeiro, IBAM, 2000.</p>
Bibliografia Complementar
<p>FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria da dívida externa: questão de soberania. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.</p> <p>_____. Alternativas de Enfrentamento à Crise. Inove Editora, Brasília, 2011</p> <p>_____. Caderno de Estudos - A dívida pública em debate. Inove Editora, Brasília, 2012.</p> <p>_____. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados. Inove Editora, Brasília, 2013.</p> <p>_____. Auditoria Cidadã da Dívida Pública – Experiências e Métodos. Inove Editora, Brasília,</p>

2013.

Ferreira, Carla; Scherer, André (orgs.) (2005). **O Brasil Frente à Ditadura do Capital Financeiro – Reflexões e Alternativas**. Attac, Fundação Henrich Boll, Univates, Porto Alegre.

REZENDE, FERNANDO e CUNHA, Armando (organizadores). **“A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento”**- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

Disciplina: Saúde Pública	Código: 012
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
Saúde Pública na Constituição Federal. Saúde pública como dever do Estado e direito universal dos cidadãos. A quem interessa acabar com a saúde pública. O Sistema Único de Saúde: conceito, características e funcionamento. A população brasileira consegue sobreviver sem o SUS. Saúde pública x saúde privada. Planos de saúde. A quem interessa o fim do SUS.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none">- História e conceito em saúde pública. Estado e política social: a política de saúde. Processo de saúde e doença, e serviços de saúde. Processo de saúde e doença indivíduo e população. Determinação social de saúde. Modelos de atenção à saúde. História da política de saúde no Brasil. Contexto e conjuntura atual da saúde no Brasil.- Conhecimento da história e conceito do desenvolvimento da saúde pública no Brasil. Processo de saúde e doença e serviços de saúde. Processo de saúde e doença indivíduo e população. Estado e política social. Determinação social de saúde. Modelos de atenção à saúde. Política de saúde no Brasil. História da política de saúde no Brasil. Contexto atual e desafios na manutenção do SUS.	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<ul style="list-style-type: none">-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>BERTOLLI FILHO, Cláudio. História da Saúde Pública no Brasil. Ática, Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. Saúde pública - bases conceituais. 2a ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013.</p> <p>CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/02.pdf. Acesso em: 21/03/2020.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>CAMPOS, G. W. de S. Tratado de saúde coletiva. Hucitec: São Paulo, 2006.</p> <p>Chor D, Faerstein, E. Um enfoque epidemiológico da promoção da saúde: as ideias de Geoffrey Rose. Cadernos de Saúde Pública, 16(1):241-244, 2000. Paim J. et al. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. <i>The Lancet</i>, 377: 1778-1797, 2011.</p> <p>Pontes RJS et al. Transição demográfica e epidemiológica. In: <i>Epidemiologia</i> (Medronho, RA et al. orgs). Editora Atheneu, São Paulo, 2ª. Edição. 2009.</p>	

Disciplina: Segurança Pública	Código: 013
Carga Horária: 15h T/P	A distância
Ementa	
<p>- O papel da União, dos Estados, dos municípios e das comunidades na construção da segurança pública: possibilidades e problemas. Gestão e investimentos na segurança pública.</p> <p>- Riscos à Segurança Pública, Levantamentos, diagnósticos e pesquisas na área de segurança pública. Aspectos principais de modelos de gestão de qualidade e a sua aplicação na administração das políticas e no planejamento para prevenção e do controle do crime; gestão integrada e interatividade em Segurança Pública; controle democrático interno e externo das Instituições de Segurança Pública.</p>	
Conteúdo	
<p>Segurança Pública e o texto Constitucional. A função da União, dos Estados e municípios na segurança pública. Obrigações do Estado com a Segurança Pública. Modelos de gestão de Segurança Pública. Comparação entre Segurança Pública e segurança privada. Sistemas integrados de segurança pública. Prevenção e controle de crimes. Controle democrático interno e externo das Instituições de Segurança Pública.</p>	
Metodologias e Recursos que serão utilizados	
<p>-A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</p> <p>-O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina.</p> <p>-Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA.</p> <p>-O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> <p>- Quadro branco, datashow, vídeos, Leis, artigos e textos impressos.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>Critério de aprovação para frequência e aproveitamento de acordo com o ROD da Pós-graduação, artigo 55 §1º: média igual ou superior a 60 pontos (em escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>AMENDOLA, Paulo. Segurança Pública: A proposta. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.</p> <p>BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.</p> <p>BIZERRA, Maria da Conceição. Seminário Internacional Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. In: Zaverucha, Jorge Barros, Maria do Rosário Negreiros. Políticas de segurança pública: Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.</p> <p>BRAVO, M. I. S. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: Política Social e Democracia. 3ª edição: São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007</p> <p>MOTTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: Serviço Social e Saúde. Ana Elisabete Mota...[et al.], (orgs). – 2ª Ed. – São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BRASIL. Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.</p> <p>CÂMARA, Paulo Sette. Contribuição da sociedade civil na formação de policiais. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário Negreiros. Políticas de segurança pública: Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.</p>	

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. "A Polícia Comunitária: Uma Nova Visão de Política de Segurança Pública. In: **Discursos Sediciosos**. n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1997.

DAMMERT, Lucía; ZUÑIGA, Liza. Autonomía profesional y liderazgo civil en las policías de América Latina y del Caribe. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, n. 2, p. 51, 2007.

FILHO, Diógenes Dantas. **Segurança e Planejamento**. Rio de Janeiro: Moderna, 2004.

6. Cronograma

ETAPA	PERÍODO
Data de publicação do edital	05/07/2021
Período de inscrições	05/07/2021 à 31/07/2021
Divulgação do resultado parcial das inscrições	09/08/2021
Recurso contra os resultados das inscrições	12/08/2021
Homologação das inscrições	16/08/2021
Divulgação do resultado do processo seletivo	18/08/2021
Recurso contra o resultado do processo seletivo	21/08/2021
Homologação do resultado final do Processo Seletivo	24/08/2021
Convocação para procedimento de Heteroidentificação	31/08/2021
Resultado preliminar do procedimento de Heteroidentificação	03/09/2021

Resultado da análise de condição de pessoa com deficiência (PcD)	03/09/2021
Recurso contra o resultado preliminar do procedimento de Heteroidentificação	08/09/2021
Recurso do resultado da análise de condição de pessoa com deficiência (PcD)	08/09/2021
Resultado da análise dos recursos contra o resultado preliminar do procedimento de Heteroidentificação	13/09/2021
Resultado do recurso da análise de condição de pessoa com deficiência (PcD)	13/09/2021
Homologação do resultado final do processo seletivo	13/09/2021
Requerimento de Matrícula dos candidatos aprovados	14/09/2021 à 21/09/2021, via CRA do <i>Campus Nova Venécia</i> (conforme orientações do setor)
Homologação das matrículas	05/10/2021
Início das Aulas	06/10/2021
Último dia para convocação de suplente	21/10/2021
Matrícula de suplente	até 48 horas após a convocação, via envio de documentos por sedex ou presencial sob agendamento com CRA do <i>Campus Nova Venécia</i> , através do whatsapp (27)3752-4731

7. Anexos

7.1. Minuta do Edital (ANEXO)